

O PAPEL DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Paulo Thiago Santos Gonçalves da Silva
Professor da Faculdade JK
E-mail: paulotsg@hotmail.com

Palavras-chave: História. Universidade. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Discurso.

Como se constitui um objeto histórico? Estaria ele ali, pronto, a nos esperar, aguardando para que sua “verdade” seja desvendada ao retirarmos os véus que a encobre? Teria esse objeto, em seu “ponto de origem”, surgido com uma identidade pronta? Ou talvez tenha se solidificado no decorrer do tempo, chegando a uma unidade identitária que deixaria seu rastro a ser seguido, como o fio de Ariadne, que nos conduz a saída do labirinto? Seria esse objeto similar à concepção moderna do sujeito individual, percebido como indivisível, com uma identidade unificada, singular, única? Ou seguiria a lógica da concepção social do sujeito, em que o indivíduo passa a ser visto como definido no interior das grandes estruturas da sociedade moderna? (HALL, 2005).

O nosso ofício parece nos impelir à definição constante de objetos de estudos, nossos pares nos indagam sobre nossos objetos, nas bancas nos questionam por sua identificação. Não é essa a primeira pergunta que nos fazem: qual o seu objeto de trabalho? E nós nos sentimos orgulhosos quando temos a resposta. Por outro lado, talvez seja esse o pesadelo daqueles que se iniciam nos tortuosos caminhos do ofício de historiador: definir o objeto.

Essa prática de definição prévia de um dado objeto talvez inverta o caminho que se deve percorrer. Quiçá a prática que estamos a exercitar é a simples legitimação discursiva de uma certeza predefinida. Ou seja, partimos de um objeto previamente estabelecido por nossas convicções e buscamos elementos (teorias, métodos, documentos, historiografias) que compactuem e legitimem o nosso trabalho.

Mas seria possível fugir dessa armadilha? Essa é uma pergunta a qual não tenho resposta. Porém, caminhos outros podem ser percorridos. Talvez devamos prestar mais atenção a algo que, ao meu ver, tem se perdido diante da importância do objeto: as perguntas. Refiro-me aqui a prestar atenção a uma história problema, capaz de interrogar a história, em

que as perguntas precedem o objeto e esse é percebido em sua constituição, sem perder de vista sua historicidade. Uma história que se recusa ao fetiche das origens, perdidas em um tempo inmemoriável, como destaca Foucault (1979):

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 1979, p. 17-18).

Seguindo esse caminho, passamos a nos atentar para a constituição dessa essência, ou dessa identidade, e o objeto passa a ser entendido como efeito de uma construção discursiva, perdendo seu caráter de ponto de partida de explicações das práticas sociais. Assim, passamos a trabalhar com construtos culturais e não mais com objetos naturais. Conforme a historiadora Margareth Rago (1995),

A questão que se colocava agora era a de perceber de que maneira as *práticas* discursivas e as não-discursivas, as redes de poder constituem determinadas configurações culturais e históricas que resultam na produção de determinados objetos e de determinadas figuras sociais (RAGO, 1995, p. 175).

Partindo desse aparato teórico, o que pretendo, nesse seminário, é apresentar parte de uma pesquisa que busca perceber a partir de quais práticas discursivas as universidades brasileiras foram objetivadas como lugares privilegiados e legítimos de produção de saberes, fato que teve início na década de 1930, quando a Reforma Francisco Campos, através do Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, criou o Estatuto das Universidades Brasileiras que definia o modelo que elas deveriam seguir. Devido à amplidão desse tema e à brevidade dessa apresentação, optei por um recorte mais específico para a constituição do meu objeto de pesquisa: destacar o papel da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), recém criada pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que deu início à Universidade de São Paulo (USP).

Então, qual seria a relevância dessa pesquisa? O que a torna legítima e justifica a sua existência? Eis outra exigência de nosso *metiê*: a justificativa. As reflexões sobre a produção

historiográfica brasileira têm concentrado suas pesquisas, de forma geral, em uma análise, poderíamos dizer, biográfica. Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, entre inúmeros outros, têm recebido ampla atenção dos historiadores contemporâneos que vêm destacando a importância de suas obras para o desenvolvimento da nossa historiografia. Porém, acredito, algo parece ter ficado para trás na análise de nossa história da história: o lugar. E aqui me refiro ao *lugar* social de Michel de Certeau (2008).

Assim, a questão que se coloca é a seguinte: que novo lugar de saber é esse que irá abrigar novas pesquisas historiográficas e dará legitimidade para a História como um saber científico? Que novo lugar de saber é esse que reunirá interesses, que estabelecerá métodos e teorias, válidas, que levantará problemas e que legitimará discursos? Sem entrar no debate da pertinência da “historiografia biográfica”, pois não se trata aqui de estabelecer critérios mais ou menos válidos ou qualquer outro tipo de julgamento, o que pretendo é percorrer um caminho outro que possa contribuir com os debates sobre a nossa historiografia.

Mas como percorrer esse outro caminho? Algumas pistas já foram dadas e é na trilha de Foucault que pretendo perambular. Porém, essa não é uma caminhada que se faça às cegas; sigo os rastros deixados por outros: os documentos, analisados aqui, cabem ressaltar, como monumentos, ou seja, como discursos que, como destaca o historiador Durval de Albuquerque Júnior (2009),

(...) se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem ao discursos de que deles falam, mas são constituídos por eles. Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 235).

O que quero com essa introdução? Qual o motivo para furtar do meu tema um já tão curto espaço de escrita/fala? O que busco é estabelecer meu lugar de fala. Explicitar meus pressupostos, meus referenciais, aquilo que sustenta meu discurso. Considerar a história um saber relativo, não quer dizer que se possa falar qualquer coisa, como se fosse a história do vale tudo. Antes, significa que se ela é relativa, é relativa a algo, a um lugar, a regras compartilhadas entre os pares, a métodos, teorias, fontes. Não é isso que estamos fazendo aqui, nesse momento, submetendo nosso fazer historiográfico aos nossos pares?

Sem mais delongas, gostaria de adentrar a minha análise sem perder de vista a pergunta: que papel é dado à FFCL na construção discursiva das universidades como lugar

privilegiado na produção do saber? Na busca de respostas possíveis, partirei dos discursos de dois intelectuais que estiveram intimamente envolvidos com os debates e lutas pela criação do espaço universitário no Brasil a partir da década de 1930: Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Pela notoriedade desses personagens, desobriguei-me à apresentação deles, sem deixar de destacar que, além dos ideais, um forte laço de amizade os uniu durante suas vidas. Suas ideias foram debatidas, pensadas e repensadas em conjunto, discutidas em cartas, compartilhadas em encontros, publicadas em manifestos. E, para este trabalho, dois volumes de suas obras foram selecionados por reunirem diversos discursos, pronunciamentos, artigos entre outros textos que têm em comum a preocupação com as universidades e com o ensino superior no Brasil. São eles: *Educação no Brasil* de Anísio Teixeira (1976), que reúne uma série de textos produzidos entre as décadas de 1950 e 70 e *As Universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais* de Fernando de Azevedo (1947), que reúne uma década de discursos proferidos entre as décadas de 1930 e 40.

O foco desta proposta de apresentação se direcionará mais especificamente aos textos de Azevedo, mais próximos temporalmente do decreto de criação das universidades brasileiras. Já os discursos de Teixeira têm sua importância para a pesquisa na medida em que refletem uma espécie de “avaliação” sobre os rumos do ensino universitário, na comparação entre o que se esperava e as direções que este tomou.

Mas, se não pretendo aqui ir à busca das origens das universidades para entender o seu “verdadeiro significado”, como o faz Azevedo, que encontra na escola platônica as suas “verdadeiras raízes”, como devo proceder? Talvez fosse mais prudente seguir a trilha de uma história genealógica, que privilegia a percepção das emergências aqui entendidas como: “(...) a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1979, p. 24). Com isso, busca-se evitar um eterno retorno que, provavelmente, nos levaria a um caminho sem fim, como podemos observar nas palavras de Azevedo (1947):

A idéia encerrada na palavra “universidade” não é outra senão a idéia da Academia de Platão. “Ambas”, como observou Eduardo Sranger, “nasceram da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para viverem da verdade” (AZEVEDO, 1947, p. 197).

Seu primeiro retorno nos leva a um dos considerados “berço da civilização ocidental”, mas, nessa busca incessante das origens, acaba se perdendo no tempo, em um exercício

retórico de legitimação pelo passado, através da ideia da origem perdida em tempos imemoráveis. Como conclui nosso autor (AZEVEDO, 1947):

Alias, não só na Academia de Platão ou no Liceu de Aristóteles, em que adquiriram tão alto grau de intensidade a pesquisa da verdade e o culto do pensamento puro, mas nas mais antigas instituições em que homens se entregam à especulação *a priori* e à investigação, podem encontrar-se os germes da instituição das universidades (AZEVEDO, 1947, p. 197).

A emergência do discurso universitário coloca em destaque forças em disputa que podem ser identificadas por uma peleja que coloca em jogo o troféu da primazia do saber. De um lado, encontramos as Faculdades de Direito, de Medicina, as Escolas de Engenharia, os Museus e Institutos que se estabelecem em fins do período imperial e, principalmente, na primeira República; do outro, as nascentes universidades, que emergem discursivamente nos anos que precedem a Revolução de 1930 e se materializam após o Decreto de 1931. Talvez seja essa a chave para entendermos o papel da FFCL nessa objetivação das universidades no Brasil. É esse o campo em que se darão os embates. Nele,

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 1979, p. 25-26).

Imaginem, então, uma disputa: a Revolução de 1930 se colocou em oposição à Primeira República e a denominou de República Velha, por considerar que ela havia fracassado em seu papel de ruptura com o período precedente e de efetivação de seu projeto modernizador. No campo das ideias e do saber, essa disputa se repete, pois, para Azevedo (1996), os primeiros anos da república são marcados por uma continuidade com o período imperial e colonial em que: “O mesmo espírito literário e livresco, a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação com formas jurídicas (...)” se propagam (AZEVEDO, 1996, p. 606). Assim, o ensino superior: “se desenvolvia dentro dos quadros tradicionais sem um esforço realmente fecundo para enriquecer a herança cultural e transmitir, com o culto pelas ciências, o gosto da experimentação e da observação” (AZEVEDO, 1996, p. 617).

Ao citar os “quadros tradicionais”, Azevedo se refere às Faculdades que teriam um caráter “quase exclusivamente” profissional. Nesse período, as elites políticas, culturais e administrativas eram formadas de bacharéis e doutores, marcando assim o estilo de nossa

cultura, cujas tradições se colocavam como empecilhos às ideias inovadoras, tanto no patriarcado rural como nas novas burguesias urbanas.

Mas como combater essa tradição por demais enraizada em nossa cultura? A década de 1920 será marcada por amplos embates, debates e discussões sobre a educação, vista como o principal problema nacional. Dentro desses debates, vale destacar a realização da primeira conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada em Curitiba em 1927, dando início a uma sequência de encontros que esboçaram um campo de disputas políticas, teóricas e institucionais.

É em torno dessas discussões que nossos dois autores ganham destaque e seus discursos, em favor das universidades, começam a ganhar corpo. Para Teixeira (1989), a função das universidades é “(...) criar nele (no país) *as fontes elaboradoras* da cultura que iriam inspirar, acompanhar e controlar o desenvolvimento nacional” (TEIXEIRA, 1989, p. 100). E o autor (TEIXEIRA, 1989, p. 100) continua: “(...) o conhecimento, o saber humano não se transmite sem que a nação participe do seu processo de elaboração. A simples *importação dos produtos* desse saber ou conhecimento *não cria* a cultura num país”. Reforçando essa concepção, Fernando Azevedo (1947) afirma que o

(...) caráter verdadeiramente universitário, é menos a transmissão da “ciência feita” ou dos conhecimentos sistematizados, do que a exploração do campo da “ciência a fazer”, compreende-se a sedução exercida sobre os grandes espíritos por essa “maravilhosa obscuridade”, sob que se desenham as coisas, as formas e os acontecimentos (AZEVEDO, 1947, p. 106).

Com essa *transmissão da “ciência feita”, importada*, os autores fazem referência à tradição da difusão de saberes realizada dentro das Faculdades de caráter profissionalizante, que perpetuava uma, podemos chamar, cultura bacharelesca. Para enfrentá-la, a “*ciência a fazer*” seria a grande arma de mudança, ciência essa que teria como lugar privilegiado e exclusivo as universidades. Porém, não apenas por decretos essas mudanças viriam, como observou Anísio Teixeira (1976), já distanciado temporalmente desse processo:

Não logrou a nova universidade cumprir sua ambiciosa missão. A tradição – a rigor antiuniversitária, se concebemos a universidade como estudos integrados dados em cooperação por várias escolas, entre as quais a filosofia seria a central – opôs-se à posição pretendida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (...) Em seu desenvolvimento posterior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sofrendo os efeitos dessa tradição, fez-se predominantemente uma nova escola profissional de prepara para o magistério secundário, com existência isolada e independente, como as demais escolas profissionais (TEIXEIRA, 1976, p. 231).

O estabelecimento das universidades como um novo, privilegiado e exclusivo espaço de saber se fará também discursivamente, não de maneira isolada, mas na tessitura de uma “rede discursiva”, que, no caso das universidades, nesse período, se entrelaçava e se sustentava no discurso da modernidade, que em si contém tantos outros, como o da *ciência*, do *progresso*, da *civilização*. De acordo com o historiador Durval de Albuquerque Júnior (2009, p. 235), “Todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais compartilham enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas”.

Nesse sentido, cabe destacar que entendo os autores dos discursos por mim selecionados, conforme destaca Foucault (2004, p. 26): “(...) não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento de discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.

O discurso do progresso, da ciência, da liberdade, da cultura, do tempo linear, do materialismo, *fetiches* dos séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos, emerge no Brasil em fins do século XIX, mas renova as suas forças após a Revolução de 1930 que delega para si o papel de executar aquilo que a Velha República não foi capaz de efetivar: o projeto da modernidade, dentro de uma concepção temporal em que: “A terrível incerteza sobre o futuro deveria ser a tônica de ênfase sobre a passagem entre os desarranjos do presente e o controle sobre o passado. Ou seja, a ciência e a razão estariam administrando a reconstituição do passado na orientação do tempo linear, projetando-o no futuro” (DIEHL, 2002, p. 26).

Essa projeção para o futuro é a marca da ideia do progresso da humanidade. Pensar em humanidade como coletivo singular passa, nos discursos de Azevedo (1947), por uma História com H maiúsculo, por um tempo linear onde as culturas humanas estariam posicionadas mais ou menos a frente uma das outras. Caberia à ciência o papel de nos projetar, de acelerar a velocidade da nossa história, levando-nos ao futuro. Não é sem razão que a ideia do Brasil como país do futuro tenha, por tanto tempo, habitado nossas cabeças. E, se a humanidade é universal, se a história e o tempo são universais, nada mais correto do que o saber também o ser. Sendo assim, nada mais legítimo do que esse saber ter como morada privilegiada às universidades. Essa é uma das definições de Azevedo (1947):

Se a Universidade é, por sua própria definição e por sua finalidade, qualquer coisa de “universal”, a sua “universalidade” provem não só de que ela deva

abranger, nos seus cursos, *todos* os conhecimentos humanos (*universatis rerum humanarum*), mas de fato que a ciência não tem pátria, os sábios a têm uma (AZEVEDO, 1947, p. 136).

Partindo dessa definição, podemos perceber a importância da FFCL para a constituição discursiva do espaço universitário, pois seria ela a responsável por dar o caráter “verdadeiramente” universitário ao ensino superior brasileiro (universal), superando o antigo sistema de faculdades independentes e de caráter profissional. E de que maneira a FFCL transformaria o ensino independente em ensino universal? Nossos autores nos deixam algumas pistas. Para Azevedo (1947), em seu discurso de posse da diretoria da FFCL,

Enquanto cada uma das instituições que compõem o nosso sistema, apresenta feição nitidamente profissional, a nossa Faculdade destina-se a desenvolver em altura os estudos literários e científicos, livres e desinteressados, sem nenhuma idéia de aplicação. Propondo-se a impelir ao mais alto nível a especialização intelectual, em cada um dos setores do vasto domínio dos conhecimentos humanos, e associando, no mesmo intuito e sob direção comum, o ensino filosófico, literário e científico, ela tende a estabelecer, em lugar do antagonismo, a harmonia e o concurso entre os ramos de estudos que são destinados a fortalecer-se mutuamente, no desenvolvimento da cultura nacional (AZEVEDO, 1947, p. 92).

Anísio Teixeira (1976), anos após, viria reforçar essa ideia:

A introdução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em vista o estudo especializado, em nível superior, desses capôs de cultura desinteressada e não propriamente profissional. Viria substituir o autodidatismo reinante nesses estudos (TEIXEIRA, 1976, p. 230).

As ideias aqui expostas podem nos dar uma falsa noção de exclusão dos cursos de caráter profissional, gerando assim uma contradição no discurso de Azevedo (1947) sobre a universalidade das universidades, pois privilegiaria o pensamento em detrimento da ação, o intelectual ao profissional, segregando esses dois campos do conhecimento. Não há como negar, partindo da leitura de seus discursos, que há uma clara predileção pelas atividades intelectuais sobre as práticas, mas estas não se excluem do processo. A FFCL seria não apenas a *espinha dorsal* do sistema universitário, capaz de dar sustentabilidade, mas o lugar em que deveria pulsar o *coração* de todo esse organismo. Nas palavras de Azevedo (1947),

É por isso que nessa Faculdade, que domina o sistema universitário, tende a instalar-se a grande força de atração capaz de fazer gravitarem em torno dela toda constelação dos institutos universitários de caráter profissional, por

meio da sólida preparação cultural e científica, puramente teórica, que ela ministra e que deve fundamentar e informar a especialização profissional a cargo dos outros institutos (AZEVEDO, 1947, p. 74).

Mas como, em termos práticos, a FFCL seria capaz de congregiar, de atrair os cursos de caráter profissional para dentro de um sistema que se queria orgânico? Podemos encontrar a resposta para esse questionamento nas palavras de Anísio Teixeira (1976):

(...) o propósito de se fazerem as escolas centrais da universidade, ministrando os cursos básicos propedêuticos aos cursos das escolas propriamente profissionais de medicina, direito e engenharia e, depois, a especialização literária e filosófica (TEIXEIRA, 1976, p. 230).

A FFCL ficaria responsável pela formação geral e básica do ensino superior e, mais do que isso, daria um caráter científico aos saberes profissionais, pois como já destacou anteriormente Azevedo, ela tem o papel de “(...) desenvolver em altura os estudos literários e científicos, livres e desinteressados, sem nenhuma idéia de aplicação. Propondo-se a impelir ao mais alto nível a especialização intelectual” (AZEVEDO, 1947, p. 231). E reafirma:

A corrente galvânica que deve atravessar, na Faculdade de Filosofia, todas as suas secções, impelindo-as para o pólo comum do espírito científico – feito da observação, da pesquisa, da análise e de crítica renovar-se certamente os métodos de todos os estudos, abrindo, em cada uma das disciplinas, novos campos de investigação (AZEVEDO, 1947, p. 108).

Esse papel de galvanização que recebe a FFCL é primordial para o ideal universitário da época. É essa a principal característica que a diferencia dos antigos centros de saber de ensino superior e de pesquisas: a unidade e a universalidade da produção de saberes. Abrangendo o todo, ela garante para si a exclusividade, buscando se tornar o único lugar de produção de saber e, conseqüentemente, das verdades. Como deixa claro Azevedo (1947),

A universidade que se quer unida; que é centro verdadeiro e uma aliança e em que se ordenam ou tendem a organizar-se e a ordenar-se *todas* as atividades e *todos* os saberes, - a especulação filosófica, a pesquisa científica e literária e a atividade profissional e técnica, - longe de fechar-se ao exame e ao estudo de todas essas questões como a da ação, realidade que ultrapassa o simples fenômeno e cuja análise nos leva a passar do problema científico ao problema metafísico e religioso, deve, ao contrário, fundir numa cadeia de esforço tudo o que pode interessar a pessoa humana e suas tendências as mais heterogêneas (AZEVEDO, 1947, p. 16).

Ideia essa que já se refletia em seus discursos anos antes, pois além de abranger, ela deveria unir aquilo que o homem separou: ciência, letras e filosofia, ação e pensamento, reflexão e prática, para que possam contribuir para o desenvolvimento e o progresso, possível apenas pelas mãos da ciência. Como ressalta Azevedo (1947):

Mas, enquanto ela englobar, como um feixe único, a filosofia, as letras, as ciências, e a educação, é preciso aproveitar essa oportunidade feliz para realizar um esforço, útil e fecundo, de aproximação e de interpretação dos domínios literários e científicos, filosófico e pedagógico, que se instalaram e se desenvolvem no mesmo instituto universitário (A FFCL) (AZEVEDO, 1947, p. 93).

Essa união se faz necessária, pois para nosso autor:

(...) não é menos verdadeiro que o estudo exclusivamente especial, científico ou matemático, constitui uma perigosa mutilação do homem e que a especialização que impõe uma disciplina científica se deve constituir sobre a base sólida e larga de uma cultura geral, filosófica e literária, capaz de estabelecer o concurso e a harmonia entre as atividades e as exigências do espírito e um estreito laço de solidariedade moral entre os homens. (...) Aliás, como já se escreveu, não há ciência senão do geral (...) (AZEVEDO, 1947, p. 129-130).

Todos esses são papéis atribuídos à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Na tentativa de finalizar este texto e as reflexões aqui expostas, gostaria de destacar o Art. 1º do decreto de criação do Estatuto das universidades brasileiras sobre os fins/finalidades delas:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, Decreto n. 19.851, 1931).

Como podemos perceber, não sem razão já que esse decreto é fruto dos debates da década de 1920, dos quais nossos dois autores participaram ativamente, há um alinhamento entre este artigo e os discursos de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, mas essas são finalidades que poderiam, em meu entender, ser elaboradas dentro das antigas Faculdades, assim como temos feito ainda nos dias de hoje, de maneira isolada, de nós para nós mesmos.

Pois, conforme citado anteriormente, Anísio (1976) já havia percebido, em fins da década de 1960: “Não logrou a nova universidade cumprir sua ambiciosa missão. A tradição – a rigor antiuniversitária, (...) – opôs-se à posição pretendida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (TEIXEIRA, 1976, p. 231).

Talvez hoje, com o tão amplamente repetido discurso da interdisciplinaridade, busque-se estabelecer, sobre outros parâmetros o que um dia foi o sonho compartilhado não apenas por Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, mas por todos aqueles que designavam para a FFCL a primordial função de unir, de galvanizar, de congregar a universidade, tornando-a “verdadeiramente” universal.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassannezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1, p. 223-250.

AZEVEDO, Fernando. *As Universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

_____. *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRL; Brasília: Editora UnB, 1996.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. *Cria o estatuto das universidades brasileiras*. Brasília, DF: Senado Federal, 1931.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15-37.

_____. *A ordem do discurso*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

RAGO, L. M. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. *Tempo Social - Revista de Sociologia*, São Paulo, USP, v. 3, n. 28, p. 67-82, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1976.

_____. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.*
Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.